

Parlamentares intensificam a moralização na Câmara

7 JUN 1989

por Cláudio Kuck
de Brasília

A ofensiva moralizadora que já rendeu ao candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, a liderança absoluta das pesquisas de opinião pública, apenas com a já gasta bandeira do combate aos marajás, virou moda em Brasília. A Câmara, depois de cassar os deputados Mário Boucharde (PMDB-MG) e Felipe Cheidde (PMDB-SP), por terem faltado a mais de um terço das sessões, pode suspender amanhã o mandato do deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), acusado de negociações irregulares envolvendo US\$ 10 milhões do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) durante seu mandato na presidência da entidade.

Hoje, a Mesa diretora da Câmara vê o caso de onze ex-deputados que não devolveram seus imóveis funcionais, quando deixaram de ser parlamentares. "Vamos entrar logo com a ordem de despejo", garante Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), 1º vice-presidente da Casa. Ele disse também não temer recurso ao Supremo Tribunal Federal do deputado

Felipe Cheidde, sob a alegação de que não recebeu a comunicação que já estava atingindo o limite de faltas, "pois temos cópia de seu cliente no documento".

A Câmara dos Deputados pretende criar com o novo regimento interno uma comissão de ética, que julgará o parlamentar que não cumprir suas obrigações. Deve sair ainda um código de decoro parlamentar, "que poderá advertir por escrito, publicamente, suspender e até cassar mandatos, dependendo da gravidade das transgressões", explicou Oliveira. O código vai tratar da proibição de fumar no plenário, do vestuário adequado, de palavrões ditos ao microfone, agressões etc. O interessante é que o próprio 1º vice-presidente da Câmara ameaçou bater e até atirar contra seu colega de Pernambuco, deputado Fernando Lyra (PDT), na semana passada, após troca de acusações entre os dois pelos jornais.

Para sua defesa, os deputados e a Câmara terão uma procuradoria parlamentar composta por treze membros, que no caso, por exemplo, de uma denúncia não comprovada através da imprensa, sem o poste-

rior desmentido, acionará o Procurador-geral da República para mover processo contra os acusadores.

Outra medida moralizadora pretendida é que, por sugestão da Mesa, nenhuma votação pelo sistema de voto simbólico das lideranças será válida sem que o presidente dos trabalhos pergunte se há algum parlamentar que pretenda pedir verificação do quorum. "Com isso, vamos evitar problemas como da elevação dos salários dos parlamentares, que gerou muita confusão com a votação simbólica", explicou Oliveira.

Também para agilizar os trabalhos, um parecer do plenário contrário à decisão já tomada nas comissões técnicas não mais será reexaminado nas comissões, mas voltará ao mesmo relator e depois diretamente ao plenário. Na verdade, uma das críticas que mais têm atingido os parlamentares é de que a nova Constituição foi aprovada e as 155 leis complementares necessárias para colocá-la em pleno vigor não são votadas, mas adiadas por manobras e ausências.

O objetivo é votar ainda neste ano pelo menos 42 leis consideradas fundamentais, mas para isso será ne-

cessário suspender o recesso do Congresso de julho, que está encontrando grande resistência. Até agora, apenas os deputados Antônio Britto (PMDB-RS) e Jorge Hage (PSDB-BA) defendem publicamente o fim do recesso de julho. A partir de 15 de setembro ficará difícil de votar qualquer coisa, pois deve ser instituído o "recesso branco", sem ordem do dia, em virtude da campanha para a eleição presidencial.

Para reforçar a verdadeira maratona de votações que a Mesa diretora da Câmara pretende realizar, Oliveira disse que "a partir de agora, quem faltar a 10 sessões consecutivas ou 45 alternadas terá seu mandato suspenso por ato da Mesa". Haverá uma exceção para os parlamentares que vão disputar a Presidência da República, como Ulysses Guimarães, Mário Covas, Luiz Inácio Lula da Silva, Roberto Freire e Afif Domingos.

A campanha de moralização é vista por alguns parlamentares como "uma manobra para fortalecer o Congresso e, com isso, a candidatura de Ulysses Guimarães", como é a opinião do deputado José Lourenço (PFL-BA).